

ARTIGO ORIGINAL

“Indios muzicos” do século XVIII: a banda indígena do Embu (1783-1829)

Daniel Issa Gonçalves 

Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes | São Paulo, SP, Brasil

Paulo Augusto Castagna 

Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes | São Paulo, SP, Brasil

Resumo: Aldeamento indígena desde o século XVII, o Embu possuía como característica a presença de diversos músicos entre seus habitantes. De acordo com D. Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo, a “banda do Embu” era formada por “indios” guaianazes sendo “a melhor das redondezas, senão a única, e era “como parte obrigada das grandes solenidades da vizinhança, e até mesmo de Itanhaém e Bragança”. Tendo em vista a relevância do tema para a historiografia da música no Brasil, empreendemos uma pesquisa nos Maços de População de São Paulo (1765 a 1850) em busca de registros de músicos no aldeamento do Embu. A seguir, cruzamos as informações obtidas com os registros da paróquia do Embu, para encontrar marcos importantes na vida familiar dos indivíduos identificados de forma a reconstituir a biografia e a trajetória desses músicos indígenas esquecidos.

Palavras-chave: Músicos indígenas, Música colonial, Embu, Aldeamentos, História da música no Brasil.

Abstract: An indigenous mission since the 17th century, the village of Embu was characterised by the presence of several musicians among its inhabitants. According to D. Duarte Leopoldo e Silva, archbishop of São Paulo, there was a musical ensemble in the village formed by indigenous people of the Guaianazes ethnic group that was considered “the best in the region, if not the only one”, and was “an obligatory part of all great solemnities of the environs, and even as far as Itanhaém and Bragança”. Considering the relevance of the subject for the historiography of music in Brazil, we looked into the historical censuses of São Paulo (from 1765 to 1850) searching for musicians in Embu. Then, we compared the names obtained with those on records of the Embu Parish, to find family registers of the identified individuals in order to reconstruct the biography of these forgotten indigenous musicians.

Keywords: Indigenous Musicians, Colonial Music, Embu, Jesuitic Missions, History of Music in Brazil.

A origem do aldeamento indígena do Embu está relacionada à doação que Catarina Camacho fez aos jesuítas, por testamento a 27/07/1688, das terras em torno da ermida de Nossa Senhora do Rosário que esta possuía em sua fazenda de *Bohy*. Pasquale Petrone (1995, p. 117), no entanto, acredita que o agrupamento de indígenas nessa localidade seja bem mais antigo remontando, ao menos, ao final do século XVI. Entre as características do Embu, uma das coisas que mais lhe chamou a atenção foram as evidências da existência de uma “banda” de músicos:

A presença dos seus músicos era o que ficava de uma banda, que [...] se constituía em expressivo elemento da vida do aldeamento, segundo Arroyo, tendo sido grande a sua fama, tomando “parte em grandes solenidades religiosas, indo mesmo apresentar-se em Itanhaém e Bragança” (Petrone, 1995, p. 290).

Além de Leonardo Arroyo, Petrone usou como fonte o “Mapa Geral dos Indios da Aldea de Mboy”, uma lista específica do aldeamento para o ano de 1802, onde figuram sete músicos, sendo um deles mestre de capela. Publicada em 1948 pelo Arquivo do Estado de São Paulo (BOLETIM, 1948), foi fonte para diversos estudos, dentre os quais destacamos Bitencourt (2017) e Marchioro (2018), popularizando a ideia da existência de bandas¹ de música nos aldeamentos. Arroyo, no entanto, fornece ainda mais detalhes sobre a “banda do Embu”, além de revelar sua fonte:

O padre Domingos Machado construiu a casa residencial, ou convento, em 1740, conforme consta no Livro do Tombo de Nossa Senhora do Rosário do Embu, anotado por d. Duarte Leopoldo e Silva durante a visita que fez à igreja em 20 de outubro de 1909. Aí assinalava o antistrite historiador a fama da banda de música da aldeia do Mboy, composta de índios guaranis, que foi a melhor senão a única das redondezas e tomava parte em grandes solenidades religiosas, indo mesmo apresentar-se em Itanhaém e Bragança. [...] Dessa corporação musical indígena sobrou um bombo que durou muito tempo, até 1909 pelo menos, estivera na sacristia da matriz² de São Paulo, assim como algumas partes de canto para a Semana Santa (Arroyo, 1966, p. 113).

¹ Apesar de utilizado desde o século XVIII para designar a atividade musical nos aldeamentos indígenas, a expressão “banda” é retroprojeção e deve ser relativizada, pois, ao menos na fase jesuítica, deve ter sido um pequeno conjunto destinado à música sacra.

² É mantida a grafia original dos documentos.

Partimos então em busca do Livro do Tombo de Nossa Senhora do Rosário do Embu (1882-1920) que se encontra na Arquivo da Arquidiocese de São Paulo para ler as anotações de D. Duarte Leopoldo e Silva na ocasião de sua visita pastoral a 20 de outubro de 1909, e encontramos ainda mais informações. Segundo ele, o Embu

[...] tinha vida parochial interdependente, chegando mesmo a gosar de certa preponderância sobre as demais aldeas então existentes como [ilegível] Itapecerica, Carapicuyba, Cotia, Baruery ou Maruery, Parnahyba, Araçariguama, etc. A sua banda de música, composta de índios guayanases, a melhor das redondezas, senão a única, era como parte obrigada das grandes solenidades da vizinhança, e até mesmo de Itanhaém e Bragança. Existe ainda hoje, como reliquia desse passado glorioso, um velho bombo de forma e feição original, que se conserva na sacristia da matriz, como também algumas partes de canto para a semana santa, em mãos do Firmino Gonçalves do Espírito Santo. (Livro do Tombo de Nossa Senhora do Rosário do Embu, 1882-1920, p. 5-5v)

Tendo em vista o potencial informativo e a relevância do tema para a historiografia da música no Brasil, iniciamos uma pesquisa com o objetivo de levantar mais dados sobre essa “banda” e seus membros. Como método, fizemos uma busca sistemática nos Maços de População da Capitania e da Província de São Paulo (documentação censitária manuscrita produzida anualmente entre 1765 e 1850) em busca dos nomes dos músicos do aldeamento do Embu – que foi por muito tempo parte integrante da freguesia de Cotia. A seguir, cruzamos as informações obtidas nos censos com os registros paroquiais conservados no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, em busca de marcos importantes na vida desses músicos (batismos, casamentos, óbitos, batismo dos filhos) de forma a obter detalhes sobre a biografia e a trajetória desses músicos indígenas esquecidos.

1. Os “papéis de solfa” do Embu

D. Duarte não cita a fonte das informações sobre a banda nem a que época elas se referiam. Sabemos que não era a única da região pois existia também outra em Itapecerica³, cujos registros remontam ao século XVIII (Petrone, 1995, p. 289). Também não dá mais detalhes sobre Firmino Gonçalves do Espírito Santo, nem do porquê ter ele em seu poder antigas “partes de canto” da

³ A “banda” de Itapecerica será objeto de um novo artigo já em preparação.

Semana Santa do Embu⁴. Firmino é também citando por Leonardo Arroyo que, juntamente com outro personagem, Saturnino Canuto Gonçalves, seriam “dois leigos dignos de figurar na crônica da igreja de Nossa Senhora do Rosário”. Saturnino chega a ser mencionado inclusive por Afonso de E. Taunay como um guardião informal do velho templo que zelava particularmente pela integridade do telhado, sendo ele um “homem de muito poucos haveres, singelo, cordial, inteligente, lido, fanático da música de igreja” (Arroyo, 1966, p. 116). Quanto a Firmino, “deve também a igreja os favores de muitos cuidados, de muito carinho pelas paredes que ameaçavam ruir”.

Procedemos então a uma investigação genealógica sobre Firmino Gonçalves do Espírito Santo, para verificar se ele poderia descender de algum músico indígena do aldeamento, de quem poderia ter herdado as partituras. Constatamos que ele nasceu a 01/06/1851⁵ sendo batizado oito dias depois na Matriz de Santo Amaro. Era filho de Feliciano José Gonçalves e Ana Jacinta da Silva que, assim como os padrinhos do filho, eram moradores de Itapecerica. Não demorou para verificarmos que Saturnino Canuto Gonçalves era seu irmão mais velho, tendo sido batizado em Itapecerica a 24/01/1849⁶. Ambos tinham como avós paternos Francisco de Paula Gonçalves e Francisca Maria (moradores de Santo Amaro)⁷; e maternos, Salvador Nunes Pedrozo e Benta Alves (moradores de Cotia)⁸.

Encontramos a Francisco de Paula Gonçalves e Francisca Maria nos Maços de População de Santo Amaro de 1815: eram “brancos”, agricultores e moradores no bairro do Pirajussara. No mesmo Maço, ao final, encontram-se arrolados os indígenas de Itapecerica – com os quais, aparentemente, não possuem relação. Localizamos também a Salvador Nunes Pedrozo e Benta Alves nos Maços de Cotia de 1829 (onde os indígenas do Embu se encontram listados, agrupados, longe do domicílio de Salvador e Benta). Salvador era brigadeiro de milícias e tinha “negócio de venda” e, assim como sua mulher, era “branco”. Concluímos, portanto, que Firmino e seu irmão Saturnino

⁴ No acervo musical do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo existe uma Paixão anônima da Semana Santa em notação proporcional, sendo uma ocorrência única nesse acervo: “*Passio... Joannem/Jesum Nazarenum* [Paixão e Bradados de Sexta-Feira Santa]”. Ainda que não se possa dizer que este material pertença às “solfas do Embu”, ele é testemunho de uma prática anterior a André da Silva Gomes.

⁵ Livro de Batismos de Itapecerica, 1844-1857, p. 62v.

⁶ Livro de Batismos de Itapecerica, 1844-1857, p. 44.

⁷ Livro de Casamentos de Santo Amaro, 1785-1806, p. 92.

⁸ Livro de Casamentos de Cotia, 1810-1818, p. 2.

não descendem de indígenas aldeados, mas de famílias “brancas” moradoras da região. O fato de terem consigo os papéis de solfa do Embu se deve, provavelmente, ao seu livre trânsito pela velha igreja do Rosário que custodiavam informalmente.

Resta saber se Firmino conservou esses papéis legando-os à sua descendência. Casou-se 01/05/1895⁹ na igreja do Rosário do Embu com Isabel Benedicta de Moraes, tendo seu irmão Saturnino como testemunha. O casal teve, que constatamos, os filhos Genuina (batizada no Embu a 24/02/1898¹⁰), Vipiana (nascida a 03/04/1900 e batizada em Santo Amaro a 03/06/1900¹¹), Evagrio (batizado no Embu a 05/05/1901¹²) e Andronico (batizado no Embu a 02/11/1902¹³) que, casado, falecerá no Embu a 11/12/1952¹⁴. Seria possível que seus descendentes ainda tenham em seu poder as partituras de canto para a Semana Santa, mencionadas em 1909 por Dom Duarte?

A existência de “papéis de solfa” é também mencionada no inventário dos bens da Igreja do Rosário do Embu, realizado a 2 de dezembro de 1759, após a expulsão dos jesuítas. Marcos Holler transcreveu a parte do documento intitulado “Inventario dos Bens da// Aldeya de Mboy do termo da Cida=/ de de Sam Paulo administrada // pelos Padres Jezuitas da mesma Cidade”, o qual lista uma série de objetos relativos à prática musical, a saber:

Hum Orgam pequeno// Hum Manicórdio// Hum Baixaõ // Huâ Caixa com varios papeis de solfa// Duas Rabecas novas com sacos de baeta vermelha, e suas Caixas// Huâ dita velha com saco de linhage// Hum Rabecaõ novo com sua Caixa// Tres Bancos no Coro; dous de Espaldar, e hum pequeno do Orgaõ// Huâ Caixa, em que estaõ nove sayotes, e outros enfeites// das danças dos Carijós. (Autos de Inventario e Sequestro // feito nos bens, que se acharaõ na Aldeya // de Mboy termo da cidade de Sam Paulo administrada pelos Padres da Companhia // da dita cidade a que procedeo o Doutor ouvidor geral Joaõ de Souza Filgueiras por // ordem do Ilustrissimo, e Excelentissimo // Senhor Conde de Bobadella, f. 14, *apud* Holler, 2006, vol. 2, p. 566)

A crer nesse documento, temos aqui ao menos parte do que teria sido a formação instrumental do conjunto musical utilizado na época dos jesuítas: um órgão pequeno (que poderia

⁹ Livro de Casamentos do Embu, 1882-1937, p. 8v.

¹⁰ Livro de Batismos do Embu, 1882-1918, p. 32-32v.

¹¹ Livro de Batismos Santo Amaro, 1893-1901, p. 176.

¹² Livro de Batismos do Embu, 1882-1918, p. 39.

¹³ Livro de Batismos do Embu, 1882-1918, p. 40.

¹⁴ Talão de Registro de Óbitos de Itapecerica, nº 7, Distrito do Embu, 1951-1954, p. 110.

ser o mesmo que ainda hoje existe no museu do Embu); um “manicórdio” que, segundo Holler (2006, p. 118), poderia ser um clavicórdio ou uma espineta; duas “rabecas” (termo genérico para designar instrumentos da família dos violinos, entre os quais se encontram as rabecas ainda hoje produzidas por músicos tradicionais); um “rabecão” (que poderia ser um instrumento similar ao violoncelo moderno); e um “baixão”, que seria uma espécie de fagote, segundo uma definição de Fétis de 1830 citada por Holler (2006, p. 98).

Por outro lado, a presença de “nove saíotes e outros enfeites das danças dos Carijós” no inventário oficial do aldeamento parece um testemunho das práticas sincretistas dos jesuítas integrando tradições indígenas aos rituais católicos dos aldeados. Seriam essas “danças dos Carijós” formas ancestrais da tradicional “dança de Santa Cruz” que perdura até os dias de hoje no Embu (Pinheiro, 1912, p. 24) e também em Carapicuíba (Gonçalves, 2023) e Itaquaquecetuba?

2. Os indígenas do Embu na documentação censitária (1766-1847)

A primeira lista dos indígenas do Embu aparece nos Maços de População de Santo Amaro de 1766. Nela figuram apenas os nomes, núcleo familiar, estado civil e as idades¹⁵ dos recenseados. Os habitantes do aldeamento do Embu vão reaparecer somente em 1783, desta vez dentre os Maços de Cotia – aos quais seguirão vinculados até o fim desta documentação (no caso, 1847). Essa segunda lista não mostra ainda sistematicamente a profissão dos habitantes da aldeia, preocupando-se apenas em registrar nomes, idades e quem está presente e quem ausente (ou “fugidos”). Desses últimos, detalham um pouco mais as informações, talvez para melhor identificação dos foragidos – e dentre eles, figuram as primeiras menções a músicos na aldeia: Antonio da Silva, e o organista Mathias Fernandes, sobre os quais discorreremos mais tarde.

No censo cotiano de 1802, após uma lacuna de quase 20 anos¹⁶, ressurgem os indígenas do Embu, já classificados como “pardos” e com suas profissões registradas, constando, em alguns dos casos, até mesmo o valor ganho (ao ano?) pelos aldeados. Os critérios para o estabelecimento da

¹⁵ O registro das idades nos “Maços de População” não é um dado preciso. Encontramos, por exemplo, indivíduos listados aos 20 anos em um determinado ano, mas que constam com 18 anos no ano seguinte.

¹⁶ Os anos lacunares podem significar que o Maço se perdeu, ou então a listagem não foi feita nos anos correspondentes.

profissão ou atividade de subsistência dos moradores não estão formalmente discriminados (não se sabe se é o recenseador quem decide, ou se ele acata a declaração do recenseado). Em todo o caso, somos levados a crer que o fato de alguém ser classificado como “músico” significa, provavelmente, que tinha nesse ofício o seu ganha-pão principal. Há certos anos em que um determinado músico é arrolado como “lavrador”, “jornaleiro” ou mesmo “pobre”, reaparecendo no ano seguinte como “músico”. Seria a diferença entre tais designações um indício da interrupção da atividade musical entre os indígenas aldeados? Ou o recenseador da vez simplesmente achou mais relevante registrar outras atividades profissionais (talvez mais lucrativas)? Há também casos de caselas vazias no espaço onde deveria constar a profissão do habitante.

Utilizamos também o já mencionado “Mapa Geral dos Indios da Aldea de Mboy”, lista específica do aldeamento para o ano de 1802 (BOLETIM, 1948). Essa lista não pertence à coleção dos Maços de População, mas a uma documentação específica sobre os aldeamentos indígenas de São Paulo que se encontra no Arquivo do Estado e que, uma vez publicada, serviu de base para diversos estudos, inclusive, como vimos, o clássico “Aldeamentos Paulistas” de Pasquale Petrone.

Curioso notar que a produção dos Maços não parece ter sido afetada pela independência do Brasil em 1822, continuando a ser produzida regularmente com basicamente a mesma forma e conteúdo. Algumas alterações substanciais de forma foram introduzidas apenas por volta de 1835 e, na década seguinte (a última de produção sistemática dos Maços), passam a se resumir a um rol de nomes e idades listados continuamente (para propósitos eleitorais), muitas vezes mencionando apenas os chefes das famílias.

3. Os indígenas nos registros paroquiais do Embu

Os livros mais antigos de batismos (1755 a 1809) e casamentos (1765 a 1798) da paróquia de Nossa Senhora do Rosário do Embu se encontram danificados e incompletos. Na contracapa de ambos os livros lê-se uma nota do arquivista da Cúria que esclarece que ambos consistiam “num amarrado de folhas em completa desordem” e que “organizaram-se as mesmas, o mais que foi possível, em ordem chronologica, tendo-se notado a falta dos termos de abertura e de encerramento, razão esta por que não se pôde saber quantas folhas continha o livro”.

Da mesma forma, estão faltando os registros de batismo entre 1810 e 1815 e de casamentos entre 1799 e 1819. Segundo o diretor do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, Jair Mongelli Junior, os batismos e casamentos ocorridos nestes intervalos estão registrados nos livros de Itapecerica, devido à união das paróquias nesse período. Examinando, porém, os livros referidos nos anos correspondentes, não encontramos os registros do Embu que buscávamos, o que nos faz crer que a documentação é realmente lacunar. Quanto aos registros de óbito, os mais antigos que chegaram até nós datam de 1816. Ainda assim conseguimos localizar eventos importantes da biografia familiar dos músicos estudados, e inclusive constatar relações de parentesco entre alguns deles.

Observamos, entre os indígenas, uma porcentagem expressiva de mães solteiras, viúvas ou também mulheres casadas que têm filhos de outros homens (quando o marido está ausente por anos, por exemplo). Observamos também que os escravizados Gregorio de Oliveira e sua mulher Ignacia aparecem frequentemente como padrinhos de batismo de infantes indígenas do Embu. Poderia esse fato ser uma evidência de uma conexão senzala-aldeamento? Ou seriam eles avós negros de crianças indígenas mestiças da aldeia? Afinal, como veremos a seguir, ao menos dois dos músicos do Embu, eram mestiços: Marcelino Gonçalves, que aparece como “índio cabra¹⁷”, ou “índio mulato” nos registros da paróquia; e Joaquim Fernandes, “índio negro” segundo os mesmos registros.

4. Os “indios muzicos” do Embu: esboços biográficos

A reconstituição das biografias dos músicos aqui apresentadas foi possível a partir do cruzamento dos registros paroquiais do Embu com os “Maços de População” (ou “censos”) das quatro freguesias onde se encontram os dados referentes à população da aldeia. Quase todos os dados aqui utilizados foram retirados dos Maços da freguesia de Cotia (1783-1847). Caso hajam dados retirados de outros Maços (Juqueri, Paranaguá ou Santo Amaro), indicaremos a referência (localidade, ano) – lembrando que os “Maços de População” não possuem número de páginas.

¹⁷ “A expressão ‘índio cabra’ já sugere a mistura de índio com negro” (Nunes; Pinheiro; Ximenes, 2017, p. 107).

Mathias da Silva (c. 1742-c. 1810)

É o músico mais antigo que se tem notícia no Embu, tendo sido contemporâneo da presença dos jesuítas na aldeia sendo, portanto, plausível que tenha aprendido deles o ofício musical. Em 1766¹⁸ o encontramos aos 24 anos com a mulher, Anna da Silva (23 anos) e a filha Rita, que foi batizada no Embu aos 8/09/1765¹⁹. Foi testemunha²⁰ do casamento de Miguel Branco com Luzia Gonçalves, ocorrido no Embu a 30/07/1776²¹, em cujo registro deixou sua assinatura que aqui reproduzimos (Figura 1). Seu filho Antonio foi batizado aos 6/10/1768²², tendo como padrinhos a Onofre Pereira da Silva e sua mulher Marianna Vaz Domingues, de Cotia. Seu filho Miguel foi batizado aos 6/06/1771²³ com os mesmos padrinhos. Em 1783, registram-se em sua casa apenas as filhas Mariana (5 anos) e Rosa (2 anos). Em 1802, ganhou 6.400 réis “de cantar na muzica”, e vive com o casal apenas a filha solteira Maria. Em 1806 junta-se à casa o genro José de Ramos, marido da filha Mariana, e seus respectivos filhos, situação que se repete nos anos de 1808 e 1809. Em 1810 o “mestre de capela” Mathias da Silva aparece pela última vez, morando com a mulher e a filha solteira Maria em casa independente da do genro José de Ramos.

Foi o primeiro mestre de capela de que se tem notícia no Embu, ocupando o posto ao menos nos anos de 1802 e 1810, ano em que provavelmente faleceu. Foi “muzico” durante quase todo esse período, com exceção do ano de 1809 onde é designado “jornaleiro do caminho de Santos²⁴”.

¹⁸ Maços de População de Santo Amaro, 1766.

¹⁹ Padrinhos foram Antonio Vaz Domingues e Marianna Vaz Domingues, de Cotia. Haveria alguma razão para Mathias escolher cotianos como padrinhos de seus filhos, ao invés de conterrâneos indígenas da aldeia? (Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 10v).

²⁰ Também foi testemunha do casamento de Francisco Nunes e Anastácia Rodrigues, ocorrido no Embu a 18/10/1775 (Livro de Casamentos do Embu, 1765-1798, p. 11).

²¹ Livro de Casamentos do Embu, 1765-1798, p. 12v.

²² Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 15v.

²³ Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 18.

²⁴ Coincidemente, neste mesmo ano, o músico Julio Fernandes da Costa retorna de Juqueri ao Embu. Não podemos afirmar que esse evento esteja relacionado ao fato de Mathias da Silva ter deixado de ser músico para virar “jornaleiro”, mas é fato que, mais tarde, Julio ocupará o posto de Mathias como mestre de capela da aldeia. Não podemos excluir também que a ocupação de “jornaleiro do caminho de Santos” fosse na verdade a do genro, José de Ramos, que nessa época coabitava em sua casa.

FIGURA 1– *Assinatura de Mathias da Silva, 1776.*



Fonte: Livro de Casamentos do Embu (1765-1798, p. 12v).

Mathias Fernandes (c. 1746-?)

Seu nome aparece listado no censo de Santo Amaro/Itapecerica de 1766 na casa dos pais, Ignacio Fernandes e Maria Gonçalves, onde figura aos 20 anos, como “casado” e “ausente”. A lista de 1783 informa que Mathias Fernandes, de 40 anos de idade, era o organista da aldeia do Embu e que fugiu para o “Rio de São Francisco” – localização misteriosa que tanto pode ser o Velho Chico, quanto um afluente do Rio Paraná, ao sul do atual estado do mesmo nome – ou mesmo alguma outra localidade não identificada.

É possível que tenha sido educado musicalmente pelos jesuítas e foi, possivelmente, quem operou o órgão mencionado no inventário dos bens jesuíticos realizado em 1759 e transscrito por Marcos Holler – que pode ser o mesmo instrumento ainda hoje existente no Museu de Arte Sacra dos Jesuítas no Embu.

Antonio da Silva²⁵ (c. 1753-?)

Aparece unicamente em 1783, aos trinta anos, viúvo, e registrado como um músico da aldeia que teria fugido para Paranaguá²⁶. Nada mais constatamos a seu respeito. É possível que fosse

²⁵ Não é o mesmo Antonio da Silva, filho de Vicencia da Silva e de pai incógnito, que aparece menor de idade no censo de Santo Amaro de 1766 junto do irmão Manoel (sua mãe figura como viúva), e que se casou a 20/09/1779 no Embu com Anna Gertrudes Moreira (Livro de Casamentos do Embu, 1765-1798, p. 14v.).

²⁶ No censo de Paranaguá de 1783 encontramos um Antonio da Silva de 30 anos, porém é pouco provável que se trate da mesma pessoa, pois este possui dois escravizados; outro Antonio da Silva registrado do mesmo ano vive sozinho, porém tem 60 anos de idade. Em seu estudo sobre a vida musical de Paranaguá, Régis Duprat (1985, p. 86-89) revisou igualmente os censos daquela localidade até pelo menos 1809 em busca de músicos, e também não registrou nenhum Antonio da Silva.

aparentado com o mestre de capela Mathias da Silva, que teve um filho do mesmo nome batizado a 6/10/1768²⁷ no Embu.

Marcelino Gonçalves (c. 1758²⁸-c. 1825?)

Era filho de Ursula Gonçalves e de pai incógnito e seus avós maternos, Domingos Gonçalves e Agueda Barbosa, eram naturais da aldeia de Carapicuíba. Casou-se no Embu aos 16/04/1776²⁹ com Rosa Maria, filha de Feliciano Araújo e Felicitas de Morais (neta por parte paterna de Lourenço de Araújo e Escolastica Porrastes e, por parte materna, de Theodosio de Morais e Ana Machada, todos naturais da aldeia do Embu). Em 1783 é listado com a mulher e a filha Martha³⁰ (2 anos). Deve ter enviuvado pouco depois, pois em 1802 já o encontramos casado com Ignacia Maria (também chamada Ignacia da Silva) e com os filhos Maria (12 anos), Antonio (10 anos), Anna (4 anos) e Francisco (2 anos). Francisco deve ter falecido na infância, pois já não o encontramos em 1806. O batismo da filha Anna, ocorrido a 3/12/1799³¹ (nasceu a 25/11/1799) precisa que Marcelino era “índio mulato”, enquanto sua mulher, Ignacia, “índia cabra desta Aldea de Mboi”. Aos 24/08/1802³² encontramos o batismo de sua filha Francisca (falecida na infância) onde Marcelino e Ignacia são designados “índios cabras desta Aldea”, tendo como padrinhos a Antonio e Francisca, “escravos” do Capitão Salvador Nardi de Vasconcelos Noronha. A 20/08/1797³³ é batizado o filho Joaquim (que também deve ter falecido na infância), cujos padrinhos, João e Maria, eram “escravos” de André Gonçalves. Seriam esses escravizados negros parentes de Marcelino ou de sua mulher?

A filha Maria se casaria com Bento de Camargo, que em 1809 deixa o aldeamento para

²⁷ Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 15v.

²⁸ Há um “Marcello” (ou “Marcellino”?) batizado no Embu a 21/08/1759, mas consta como filho de Ignacio Barbosa e Apolonia Costa, dados que não batem com os do registro do primeiro casamento de Marcelino Gonçalves (Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 2v).

²⁹ Livro de Casamentos do Embu, 1765-1798, p. 12.

³⁰ Cremos que se trata da Martha de Morais casada com João Ivo que aparece com o filho Francisco (2 anos) na lista específica do aldeamento para o ano de 1802.

³¹ Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 27v.

³² Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 30v.

³³ Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 25v.

tornar-se soldado. Maria, porém, continuará vivendo na casa paterna com a filha Anacleta, até pelo menos 1818. Marcelino era sogro do também músico José Plácido, que se casou com sua filha Anna Vicêncio – e em cuja casa viveu como agregado em 1822.

É um dos músicos mais antigos da aldeia, ativo pelo menos entre 1802 e 1818. Sua atividade musical parece ter sofrido algumas interrupções, durante as quais se ocupou na lavoura de milho ou trabalhando como “jornaleiro”, e também entre aqueles que faziam o caminho de Santos. Após 1818 ele não mais é classificado como músico, voltando ao exercer (já sexagenário e morando somente com sua mulher Ignacia) o ofício de “jornaleiro” até 1825. A partir daí, seu nome deixa de aparecer nos censos.

Julio Fernandes da Costa (c. 1762-1828)

Filho de Theodozio da Costa e Romana Pinheiro, e neto paterno de Mário da Costa e Cecília Dias, é irmão do também músico Pantaleão da Costa e cunhado de outro músico, Manoel de Siqueira, que casou com sua irmã Maria Rita. Aparece por primeira vez ainda menor de idade no censo de 1766³⁴, na casa do pai, Theodozio da Costa. Casou-se a 4/10/1778³⁵ com Liberata Rodrigues (batizada a 20/02/1763³⁶, filha de Francisco Rodrigues e Maria Alvares), e, em 1783, aos 20 anos, já possuía a patente de alferes; vivia na casa também o filho Francisco (2 anos). Aos 17/11/1795³⁷ batiza o filho André, que, assim como Francisco, deve ter falecido na infância, pois não mais aparece nos censos seguintes. A lista específica do aldeamento de 1802³⁸ o registra como músico e capitão-mór do aldeamento, e pai de Anna Maria (17 anos), “Reginardo” (9 anos, batizado em julho de 1793³⁹, em cujo registro figura também o título de capitão-mór do pai), Candida (6 anos, batizada a 24/03/1797⁴⁰) e Feliciana (1 ano).

³⁴ Maços de População de Santo Amaro, 1766.

³⁵ Livro de Casamentos do Embu, 1765-1798, p. 14.

³⁶ Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 6.

³⁷ Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 23v.

³⁸ BOLETIM, 1948.

³⁹ Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 21 (assento parcialmente ilegível).

⁴⁰ Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 25.

O Maço de Cotia de 1802 informa que a família partiu do aldeamento para morar em Juqueri. Em 1807⁴¹ o encontramos efetivamente com a família em Juqueri, como “muzico” e natural de “Boû”, sendo ele o único musicista registrado como tal nos censos daquela localidade (que abrange o período de 1767 a 1846). Em 1809 está de volta ao Embu como alguém que “canta na muzica” mas, em 1810, aparece como um agricultor que “não colheu este ano nada”. À família, soma-se o filho, ou agregado, Gabriel (9 anos em 1809). Em 1811 o censo acusa em sua casa uma produção de milho de 10 alqueires e somente em 1813 reaparecerá como “muzico desta aldêa”. Em 1814 passa a ser identificado com a patente de “cabo de esquadra” até 1816. Em todos eles, Julio e sua família estão registrados como “pardos”.

Em que pesem as aparentes interrupções, foi um dos músicos mais ativos do aldeamento, tendo sido o mestre de capela da aldeia pelo menos nos anos de 1815, 1818, 1823 e 1825; também foi o que mais acumulou patentes militares de alto nível hierárquico. A sua patente de capitão-mór, mencionada na lista de 1802, existiu pelo menos desde 1797, pois figura com esse título no registro de batismo do menino Américo⁴², do qual foi padrinho aos 24 de abril daquele ano. Seu filho Reginaldo Antonio se casou em São Paulo a 28/06/1815⁴³, em cujo registro lê-se a sua assinatura como testemunha (Figura 2). Em 1816 passa a viver em sua casa a filha viúva Anna e a neta do mesmo nome. Aparece pela última vez no censo de 1827, como o único “muzico” do aldeamento, e falece na aldeia a 5/10/1828⁴⁴ com os sacramentos de extrema-unção e eucaristia, sendo sepultado envolto em pano branco. Em 1829, sua viúva Liberata Rodrigues aparece nos censos como “agricultora”, juntamente com a filha viúva Anna (que figura como “solteira”), a filha Cândida e seu o marido Joaquim Antonio da Silva, e os filhos destes Joaquim (10 anos) e Francisca (1 ano).

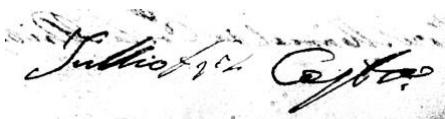
⁴¹ Maços de População de Juqueri, 1807.

⁴² Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 25v.

⁴³ Livro de Casamentos da Sé de São Paulo, 1812-1833, p. 54.

⁴⁴ Livro de Óbitos do Embu, 1816-1887, p. 285.

FIGURA 2- *Assinatura de Julio Fernandes da Costa, 1815.*



Fonte: Livro de Casamentos da Sé de São Paulo (1812-1833, p. 54).

Joaquim Fernandes (fl. 1786-1825)

Também chamado Joaquim Francisco Fernandes, era filho de Sebastiana Pereira e de pai incógnito; neto por parte materna de Patricio Nunes e Brizida Pereira⁴⁵. Casou-se no Embu a 17/04/1786⁴⁶ com Maria de Porrastes (também chamada Maria Dias), filha de Miguel Dias e Josepha Porrastes, todos do Embu. Difícil precisar o ano de seu nascimento, pois os dados nos censos apresentam uma grande disparidade quanto à sua idade. Provavelmente nasceu por volta de 1770.

De acordo com o censo de 1802, possuía a patente militar de “auxiliar de [a] pé”, e vivia com os filhos Justiliano [sic] (16 anos), Barbara (14 anos), Adão (13 anos), Jacinto (9 anos), “Reginarda” (7 anos,), Bernarda (3 anos) e Bebiana (1 ano), e “ganhou de cantar na muzica” 12.800 réis. Sua filha Reginalda, batizada no Embu a 24/11/1797⁴⁷, teve como padrinho Joaquim de Moraes, o mesmo nome de um dos músicos da aldeia, como veremos mais adiante. Joaquim Fernandes foi também padrinho de batismo de Manoella, filha de Joaquim de Souza e Maria Branca a 17/12/1793⁴⁸.

O registro de batismo de sua filha Bernarda a 18/12/1799⁴⁹ precisa que Joaquim era “índio cabra”, enquanto sua mulher “índia desta aldea de Mboy”. Outro registro, o de sua filha Joana, batizada a 14/03/1802⁵⁰, diz que a mãe era “india desta mesma Aldea, mas o pai indio negro”, sublinhando a origem mestiça de Joaquim. Não obstante, nos censos, a família inteira está classificada como “pardos”.

⁴⁵ Os mesmos avós de Gertrudes de Oliveira, mulher de Pantaleão da Costa, como veremos a seguir.

⁴⁶ Livro de Casamentos do Embu, 1765-1798, p. 18.

⁴⁷ Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 26.

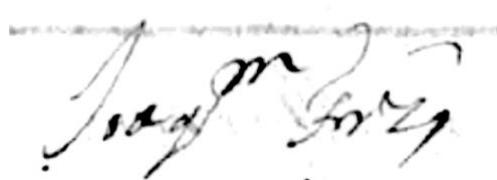
⁴⁸ Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 21v.

⁴⁹ Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 27v.

⁵⁰ Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 30.

Figura como “muzico” na lista específica de 1802, na de 1806 e, entre 1809 e 1810, “canta na muzica”. Em 1811, ao lado da profissão de “muzico” registra-se também uma produção de “40 alqueires de milho”. Em 1808 e 1813, sua família está registrada respectivamente como “muzicos” e “muzicos desta aldêa”, no plural, indicando que os jovens Adão e Jacinto já praticavam o ofício junto ao pai – sendo que em 1813, o primeiro já era casado e coabitava com a mulher, Manoella, no domicílio paterno. A atividade musical está registrada em 1814 e 1816 como “muzico desta Aldea” e em 1815 como “muzico desta Freguezia” – em cujo registro se encontra também sua assinatura (FIGURA 3). A casela referente à sua ocupação em 1817 se encontra vazia e, em 1818, será o último registro do nosso “muzico”, aqui denominado “Joaquim Francisco”. Faleceu provavelmente entre 1818 e 1822 afinal, em 1822, sua viúva Maria Dias aparecerá aos 52 anos agregada à casa do filho Jacinto (que ganha a vida como “jornaleiro”). Em 1825, ela aparece aos 60 anos morando com a filha Bernarda (28 anos) e o neto Modesto (3 anos) e “trabalha para o seu sustento”.

FIGURA 3- *Assinatura de Joaquim Fernandes, 1815.*



Fonte: Maços de População de Cotia, 1815.

Pantaleão da Costa (1767-1813)

Irmão mais novo de Julio Fernandes da Costa, e cunhado de Manoel de Siqueira era filho de Theodozio da Costa e Romana Pinheiro, tendo sido batizado no Embu aos 2/08/1767⁵¹. Ali casou-se também aos 5/10/1786⁵² com Gertrudes Moreira (também chamada Gertrudes de Oliveira), filha de Quitéria Nunes e de pai incógnito. Aparece nos censos por primeira vez em 1783, aos 15

⁵¹ Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 14.

⁵² Livro de Casamentos do Embu, 1765-1798, p. 18v.

anos, morando ainda na casa paterna. Ao lado da família, o escrivão grafou: “presentes na Aldea”, para diferenciá-los dos registrados como “fugidos”.

Nos livros de batismos do Embu encontramos os sacramentos de seus filhos Pedro, batizado a 2/07/1794⁵³; Anacleto, batizado a 20/07/1796⁵⁴ (que faleceu aos 15 de novembro do mesmo ano); João, batizado a 3/01/1802 e que teria nascido a 27/12/1801⁵⁵; e José, batizado a 2/03/1806⁵⁶ com oito dias de vida. Ao final dos últimos dois registros, o pároco declarou que “os pais são indios”. Pantaleão apadrinhou também outros filhos de indígenas da aldeia como Eufrazia, batizada a 22/09/1799⁵⁷, Rita a 10/09/1803⁵⁸ e Brás, batizado a 10/2/1806⁵⁹.

Em 1802, “Pantalam” aparece no censo aos 36 anos com a patente militar de “auxiliar de [a] pé”, junto à mulher Gertrudes de Oliveira (30 anos) e o filho Clemente (13 anos), todos classificados como “pardos”. Ao lado de uma produção de 5 alqueires de milho, teria ganho 12.800 reis por “cantar na muzica”. No mesmo ano, faleceu seu filho José aos 2 anos de idade. Em 1806, um outro filho José de 2 anos figura na casa do “muzico” Pantaleão que, tanto neste ano como nos de 1808 e 1809, tem sua família registrada ao lado da de Mathias da Silva, o músico decano da aldeia, o que pode sugerir que moravam próximos. Curioso que, no registro de batismo de José, lavrado no mesmo ano, consta que a criança tinha 8 dias de vida (e não 2 anos como quer o censo). Aparentemente, Clemente e o segundo José foram os únicos filhos que sobreviveram ao pai.

Em 1811, não figura como músico, mas simplesmente como “pobre”. Deve ter falecido no decorrer de 1813, pois é listado neste ano pela última vez, como “muzico desta Aldea”, morando com o filho José e a mulher Gertrudes de Oliveira, que no ano seguinte já aparece como viúva. Em 1816, vamos encontrá-la aos 42 anos juntamente com o filho José (10 anos), como agregados na casa do músico Marcelino Gonçalves.

⁵³ Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 22.

⁵⁴ Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 24v.

⁵⁵ Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 30.

⁵⁶ Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 35.

⁵⁷ Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 27v.

⁵⁸ Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 31v.

⁵⁹ Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 35.

Manoel de Siqueira (c. 1772-?)⁶⁰

Filho de Manoel de Siqueira e Maria da Conceição, casou-de no Embu a 22/07/1789⁶¹ com Maria Rita Pinheiro, irmã dos músicos Julio Fernandes da Costa e Pantaleão da Costa. Aos 24/01/1807⁶² foi batizada Anna, “exposta⁶³” em sua casa no dia anterior.

Em 1802, aos 32 anos, além de colher 10 alqueires de milho, “ganhou de cantar na muzica” 6.400 reis. Possuía a patente de “auxiliar de [a] pé” e vivia com a mulher Maria Rita (28 anos), o filho Joaquim (15 anos), a agregada Gertrudes (22 anos), Jeronimo (filho desta?), a agregada Maria Madalena (viúva, 32 anos) e o filho desta Antonio (12 anos). Em 1806, a casa do “muzico” e “miliciano” Manoel possui uma conformação diferente pois, além da mulher e do filho Joaquim, abriga dois agregados viúvos, Ignacio de Araújo (45 anos) e Anna Rodrigues (51 anos). Em 1809, Manoel “canta na muzica”, e perde o filho Joaquim de 19 anos. Em 1810, aparece em sua casa o agregado mudo João, de 20 anos de idade. Aparecerá por última vez em 1811, aos “39” anos, vivendo somente com a mulher Maria Rita e o agregado João, o mudo, sendo classificado como “pobre”. Mais adiante veremos como seu sogro, Theodozio da Costa, pai dos músicos Julio Fernandes da Costa e Pantaleão da Costa, também coabitou com um mudo de nome João. Talvez pudesse se tratar da mesma pessoa.

Joaquim de Moraes (fl. 1802-1806)

Músico segundo da lista específica de 1802, onde aparece aos 19 anos com a mulher Joaquina Maria (19 anos) e a filha Clemência (1 ano). Em 1806 reaparecem como “pobres”, e estão ausentes

⁶⁰ Encontramos um Manoel de Siqueira falecido em Itapecerica a 5/09/1827 “de moléstia estupor”, mas não temos elementos suficientes para afirmar que se trata da mesma pessoa (Livro de Óbitos de Itapecerica, 1761-1844, p. 113v).

⁶¹ Livro de Casamentos do Embu, 1765-1798, p. 19.

⁶² Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 36.

⁶³ Normalmente, essa expressão se refere aos filhos bastardos, muitas vezes do próprio chefe da casa onde a criança se encontrava “exposta” – ou então de qualquer outro membro da família.

da lista de 1808. É possível que seja o padrinho de Reginalda, uma das filhas de Joaquim Fernandes, batizada em 1797⁶⁴.

Felipe Antonio (c. 1790-?)

Aparece apenas em 1811, aos 21 anos como “Tambor da Companhia do Capitão Joaquim José da Luz”, e classificado, junto à sua mulher Eva, como “pobres”. Talvez não pertencesse à banda do aldeamento, pois o título de “Tambor” é normalmente uma patente militar.

Adão Fernandes (1793-1830)

Batizado aos 18/10/1793⁶⁵ no Embu, filho do músico Joaquim Fernandes e sua mulher Maria de Porrastes (também chamada Maria Dias), e irmão mais velho do músico Jacinto Fernandes.

Em 1808, aparece aos 15 anos juntamente com seu irmão Jacinto (12 anos) na casa do pai músico, em cujo domicílio já se anuncia a presença de “muzicos”, no plural. Em 1813, já se encontra casado com Manoela Maria, mas ainda vivendo na casa paterna, o que se repetirá em 1814. A partir de 1815, Adão não mais aparece na casa do pai, mas será apenas em 1817 que será listado como “muzico” aos 20 anos em domicílio próprio junto da mulher Manoela (16 anos), do filho Joaquim (1 ano) e do irmão Jacinto (18 anos) com sua mulher Joaquina (16 anos) e o filho destes, Gabriel (1 ano) – situação que se repetirá no ano seguinte, sendo que ambos os irmãos ganham a vida como “jornaleiros e muzicos”. O filho Joaquim não mais aparece, provavelmente por ter falecido. Adão Fernandes deixa o Embu e se estabelece em Itapecerica, onde nascerá a filha Maria, batizada ali a 1/04/1821⁶⁶, tendo como padrinhos ao músico itapecericano Joaquim Vieira Leme, e à avó Maria Dias.

⁶⁴ Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 26.

⁶⁵ Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 21.

⁶⁶ Livro de Batismos de Itapecerica, 1805-1844, p 23.

Em 1822⁶⁷, aparecerá em Itapecerica com a mulher e os filhos Salvador (9 anos) e Maria (2 anos), trabalhando como “jornaleiro”, profissão com a qual reaparecerá no Embu em 1827. Neste ano, à família, somam-se os filhos Maximiano (4 anos) e Gertrudes (2 anos), mas nota-se a ausência do filho Salvador, que provavelmente faleceu. Aparece pela última vez como “muzico” no censo de 1829, em domicílio ao lado do irmão Jacinto, sendo que à família soma-se o filho José de 2 anos. Faleceu no Embu aos 4/10/1830⁶⁸ “aos cinquenta anos mais ou menos”.

Jacinto Fernandes (1795-?)

Irmão mais novo de Adão Fernandes, e filho de Joaquim Fernandes e sua mulher Maria Porrastes (ou Maria Dias), foi batizado no Embu a 22/12/1795⁶⁹, tendo como padrinhos a Plácido da Silva e Maria Branca. Aparece no domicílio paterno até 1814, onde já deveria exercer o ofício musical. A partir de 1815, já casado, coabitará com o irmão Adão e sua família, como mencionado acima, até a partida deste último para Itapecerica.

Em 1822, aos 24 anos vive com a mulher, Joaquina (21 anos), e o filho Gabriel (6 anos), juntamente com a mãe viúva, Maria Dias (52 anos), tendo o ofício de “jornaleiro” como ganha-pão, situação que se repete no ano seguinte, somando-se o filho Joaquim (1 ano). Em 1825 a mãe Maria Dias já saiu de sua casa, e surge o filho Amaro (1 ano, erroneamente grafado como “Alvaro”). Em 1827, Jacinto é “agricultor” e a família, acrescida da filha Catarina de 1 ano, volta a receber Maria Dias que vem junto à sua filha Bernarda (21 anos), e o filho desta, Modesto (4 anos). O ano de 1829 será a última aparição de Jacinto nos censos onde comparece, finalmente, como “muzico”.

Clemente de Oliveira (c. 1795-?)

Filho do músico Pantaleão da Costa, e sobrinho dos também músicos Julio Fernandes da Costa e Manoel de Siqueira (casado com sua tia Maria Rita Pinheiro), deve ter nascido por volta de

⁶⁷ Maços de População de Santo Amaro, 1822.

⁶⁸ Livro de Óbitos do Embu (1816-1887), p. 286.

⁶⁹ Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 24.

1795. Viveu na casa paterna até 1809, e vai reaparecer nos censos somente em 1822, na casa da mãe, Gertrudes (viúva desde 1813) juntamente com seu irmão mais novo, José. Casou-se no Embu aos 21/11/1823⁷⁰ com Maria Joaquina, "exposta" em casa de José Corrêa Leite. Teve os filhos Pedro (batizado no Embu a 9/08/1825⁷¹, cujos padrinhos foram o Alferes Antonio de Camargo de Oliveira, e sua mulher, Escolástica Maria de Morais, de Santo Amaro, Vicente (nascido cerca de 1828) e Maria (nascida cerca de 1832). Em 1825 aparece em sua casa o agregado Pacífico (13 anos) e, em 1827, se somará também a cega Francisca, de 70 anos.

Trabalhou como "jornaleiro" de 1822 até 1827, e somente em 1829 aparece como "muzico". Em 1835, se ocupa de "lavoura". Aparecerá ainda na lista de Cotia de 1842 e, em 1846, figura no último Maço de Santo Amaro/Itapecerica, onde não se encontra outra informação que seu nome e idade ("60 anos").

Thomas de Souza (fl. 1817-1818)

Figura como músico apenas no censo de 1817, aos 20 anos com a mulher Anna (18 anos), e os filhos Américo (2 anos) e Francisco (1 ano). Em 1818 aparece como "jornaleiro", e sua idade consta como 18 anos. É possível que seja o Thomas filho de Antonio de Souza e Maria da Silva que foi batizado no Embu a 17/07/1792⁷².

José Plácido (c. 1800-?)

Genro do músico Marcelino Gonçalves, casou-se no Embu a 16/05/1822⁷³ com a filha deste, Anna Vicencia. Neste mesmo ano, o censo de Cotia registra dois filhos, Antonio (2 anos) e Inocêncio (1 ano) e acusa a presença dos sogros na casa sendo que, aparentemente, todos vivem do ofício de "jornaleiro" de José Plácido. Em 1823 torna-se "oleiro" para voltar a ser "jornaleiro" em

⁷⁰ Livro de Casamentos do Embu, 1820-1831, p. 192.

⁷¹ Livro de Batismos do Embu, 1816-1873, p. 25.

⁷² Livro de Batismos do Embu, 1755-1809, p. 20v.

⁷³ Livro de Casamentos do Embu, 1820-1831, p. 191.

1825. Em 1827, trabalhando como “camarada de tropas”, acrescentar-se-á ainda a filha Laureana (2 anos) e o filho Vitorino (1 ano).

O ano de 1829 é o único no qual ele é designado “muzico”. Em 1835, aparece como “lavrador”, e à família somam-se mais três filhos: José (5 anos), João (3 anos) e Maria (1 ano).

Pedro de Ramos (†1834)

“Jornaleiro” no censo de 1827, onde é listado aos 32 anos com a mulher Thereza (31 anos), e os filhos Gertrudes (13 anos), Floriano (10 anos) e José (8 anos). Aparece como músico apenas no ano de 1829, (novamente com 32 anos) com a mulher Thereza (32 anos) e os filhos Gertrudes (15 anos) e Floriano (12 anos); o filho José já não figura entre eles. Faleceu no Embu aos 4/10/1834⁷⁴ “com mais de quarenta anos”.

Ignacio José Rodrigues (fl. 1829-1835)

Pertence à “nova geração” de músicos que surgem a partir de 1829, sendo porém o único ano que figura com esse ofício, onde o vemos aos 24 anos juntamente com a mulher Maria Jacinta (23 anos) e o filho Tibúrcio (5 anos). Em 1835, é registrado aos 39 anos com a mulher, e os filhos Tiburcio, João (3 anos) e Maria (2 anos), e se ocupa de “lavoura”.

Mathias de Figueiró (fl. 1827-1847)

“Jornaleiro” em 1827, onde aparece aos 27 anos com a mulher, Manoela (30 anos), e a filha Escolástica (2 anos), figurará como “muzico” apenas em 1829. Em 1835 aparece como “lavrador” junto da mulher “Manuela de Jesus”, sem filhos. Está inscrito na lista eleitoral de 1842, no 3º quarteirão de Cotia, e seu último registro será na lista de 1847, aos 41 anos, onde se arrolam somente os chefes de família.

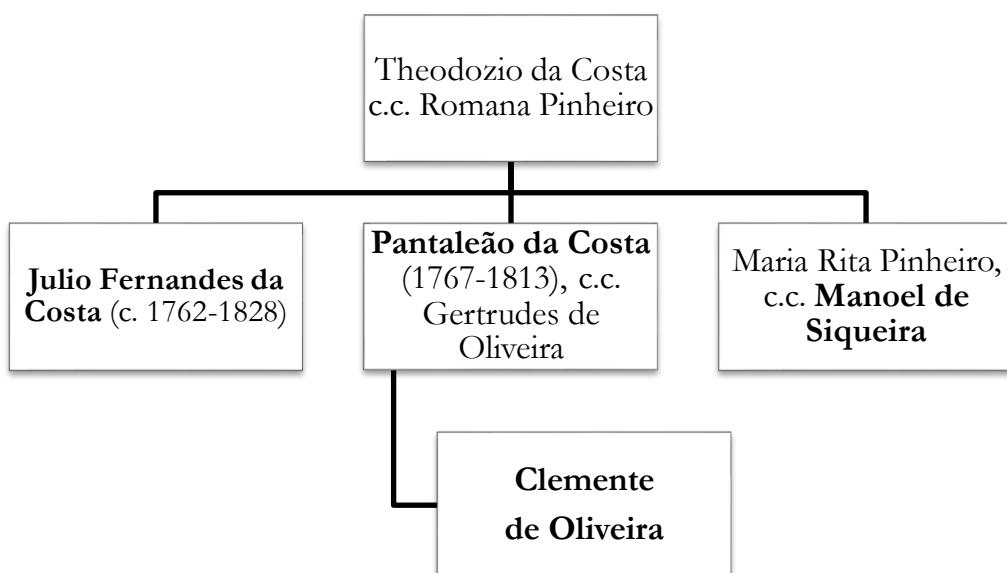
⁷⁴ Livro de Óbitos do Embu, 1816-1887, p. 287.

5. Famílias de músicos no Embu

Não raro o ofício musical passava de pai para filho – fenômeno que se verificou também no Embu. Pudemos identificar ao menos três casos onde mais de um membro da família professava o ofício de músico.

O mais notável é o caso dos irmãos Julio Fernandes da Costa e Pantaleão da Costa, que tiveram carreiras sólidas como músicos no aldeamento por vários anos – sobretudo o primeiro, que chegou a ter foros de mestre de capela. Uma irmã deles, Maria Rita Pinheiro, casou-se com o também músico Manoel de Siqueira. E Pantaleão teve ao menos um filho músico, Clemente de Oliveira (ver QUADRO 1, onde os músicos estão destacados em negrito).

QUADRO 1 – Família de músicos de Theodozio da Costa

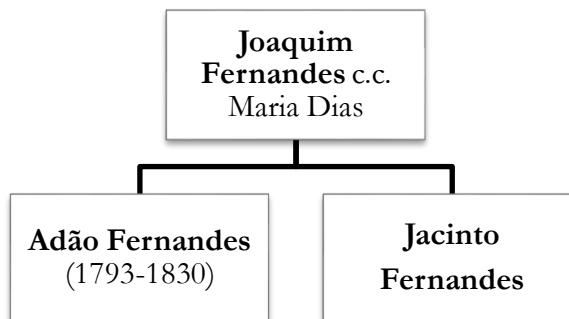


Tendo nascido em meados da década de 1730, o pai deles, Theodozio da Costa, é contemporâneo da presença dos jesuítas na aldeia mas, ainda que o vejamos como patriarca de um clã musical, não encontramos evidências de que tenha ele também exercido o ofício de músico. Na lista específica do aldeamento de 1802, os dois filhos mencionados, assim como seu genro, são listados como músicos sendo que Julio e Manoel possuem patentes militares: Julio é o capitão-mór da aldeia enquanto Manoel de Siqueira é capitão de infantaria; Theodozio, porém, “vive de suas

lavouras" com sua mulher Romana Pinheiro e um jovem agregado mudo, João (27 anos). Nos Maços de Cotia de 1802, ele aparece como "mendicante", e em 1806, como agregado à casa de Dionizio Rodrigues, e classificados como "pobres". Em 1808, Theodozio, sua mulher e João, o mudo, aparecem como agregados à casa de Thomas de Siqueira, negro, idoso e natural de Cotia, também ele "pobre". Curioso que, tendo filhos que ascenderam na hierarquia do aldeamento, possuindo inclusive patentes militares, Theodozio se tenha visto reduzido à pobreza e dependente do agasalho de não-familiares.

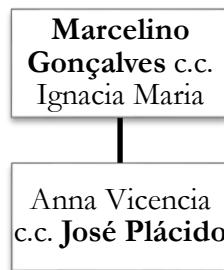
Outra conformação familiar musical do Embu é a família de Joaquim Fernandes (Quadro 2), músico de presença constante nos censos do aldeamento por quase duas décadas. Seus filhos Adão e Jacinto certamente já exerciam o ofício de músicos ainda adolescentes morando na casa paterna, pois os censos de 1808 e o de 1813 acusam na casa de Joaquim Fernandes a presença de "muzicos", no plural.

QUADRO 2 – Família de músicos de Joaquim Fernandes



Um caso em que a profissão pode ter passado de sogro para genro se encontra na família de Marcelino Gonçalves, um dos músicos decanos da aldeia cujo genro, José Plácido, somente aparece como músico depois de casado com sua filha Anna Vicêncio (Quadro 3).

QUADRO 3 – Família de músicos de Marcelino Gonçalves



6. A banda do Embu: tentativa de reconstituição de uma trajetória histórica

À exceção da notícia registrada por D. Duarte em 1909 no Livro do Tombo do Rosário do Embu (provavelmente de fonte oral), não encontramos menções específicas à banda do Embu que não fossem os registros dos músicos nos censos cotianos ou na lista específica de 1802. Analisando os dados obtidos em nossa investigação, conseguimos identificar ao menos três diferentes gerações de músicos no Embu, a saber:

6.1. Herança jesuítica (segunda metade do século XVIII)

Os primeiros censos que registram músicos do Embu são os censos cotianos de 1783 onde figuram os dois músicos que fugiram da aldeia: Antonio da Silva, viúvo, de 30 anos, que fugiu para Paranaguá, e o organista Mathias Fernandes, de 40 anos, que fugiu para o “Rio de São Francisco”. Nascido na década de 1740, Mathias Fernandes é, portanto, o primeiro organista que se tem notícia no Embu. Assim como Mathias da Silva (nascido cerca de 1742), Mathias Fernandes é contemporâneo da presença dos jesuítas na aldeia sendo possível, portanto, que ambos os músicos representassem uma herança musical jesuítica – que teria tido continuidade com Mathias da Silva, quem, ao contrário do organista fugitivo, permaneceu na aldeia chegando a ostentar o título de mestre de capela durante a primeira década do século XIX – e, muito provavelmente, foi o responsável pela formação musical dos jovens da geração seguinte.

6.2. Do Diretório dos Índios ao fim da colônia (final do século XVIII ao início do XIX)

É possível que a fuga do organista Mathias Fernandes (ausente ao menos desde 1766) esteja ligada à extinção da administração jesuítica, e fosse uma reação ao novo regime do Diretório dos Índios, de cunho militar. Na ausência do colega, Mathias da Silva parece ter se tornado o líder em torno do qual a banda se reorganizou. O "Mapa Geral dos Indios da Aldea de Mboy", de 1802, acusa a existência de um conjunto de 8 músicos, que parece um retrato desta segunda geração: Julio Fernandes da Costa (40 anos), seu irmão Pantaleão da Costa (36 anos), Manoel de Siqueira (30 anos) cunhado de ambos, Marcelino Gonçalves (42 anos), Joaquim Fernandes (30 anos), Joaquim de Morais (19 anos) e, finalmente, Mathias da Silva (65 anos) como mestre de capela.

O ano de 1802 é também o mesmo em que Julio Fernandes da Costa e sua família se ausentam para Juqueri. Ao voltar, em 1809, é curioso constatar que, enquanto ele próprio e os demais músicos seguem como tal, Mathias da Silva deixa de figurar como músico e passa a ganhar a vida como "jornaleiro no caminho de Santos". Em 1810 a situação se inverte e é Julio quem perde o status de músico e, em seu lugar, surge uma pouco frutífera atividade agrícola, pois "não colheo este anno nada", enquanto Mathias da Silva volta a ser o mestre de capela da aldeia. Seria esse o testemunho de um disputa de poder no seio da banda entre Julio Fernandes da Costa e Mathias da Silva? Vinte anos mais velho que seu suposto rival, Mathias poderia representar a antiga tradição jesuítica, frente a Julio (nascido em pleno Diretório e agraciado pelas autoridades coloniais com o título de capitão-mór do Embu), que representaria o novo regime. De qualquer forma, a provável morte de Mathias da Silva em 1810 colocaria certamente fim à disputa.

Em 1811, a crer nos dados dos censos, há uma baixa no ofício musical, sendo que apenas Joaquim Fernandes é identificado como tal. Marcelino Gonçalves e Julio Fernandes da Costa aparecem como cultivadores de milho, tendo colhido 10 alqueires cada um. Manoel de Siqueira e Pantaleão da Costa, por sua vez, figuram como "pobres". Em 1813 recupera-se o número de músicos, porém, a partir daí, passa a ser mais frequente que antigos músicos sejam registrados com outras atividades, o que (se não for apenas reflexo de uma mudança de critério do recenseador) pode indicar o declínio da atividade musical desta geração.

6.3. Brasil independente (a partir da década de 1820)

Ativos desde a adolescência na casa do pai músico, Joaquim Fernandes, os irmãos Adão Fernandes (1792-1830) e Jacinto Fernandes parecem ter liderado essa terceira geração de músicos no Embu. É possível que, nessa fase, a atividade musical na aldeia estivesse em declínio, pois ambos figuram majoritariamente como “jornaleiros” ou “agricultores” nos censos, sendo apenas mencionados como músicos nos anos de 1817, 1818 e 1829.

Da mesma forma, os demais músicos dessa geração figuram como tal apenas no censo de 1829. É possível que, nessa data, as autoridades imperiais tenham tido a iniciativa de reavivar a velha banda da aldeia – ou teria sido, novamente, uma mudança de critério do recenseador? Seja como for, além dos irmãos Adão e Jacinto Fernandes, os músicos ativos em 1829, segundo o censo, eram: Clemente de Oliveira (35 anos, filho de Pantaleão da Costa), José Plácido (29 anos, genro de Marcelino Gonçalves), Pedro de Ramos (32 anos), Ignacio José Rodrigues (24 anos) e Mathias de Figueiró (26 anos). Poderia agregar-se a essa geração Thomas de Souza, que aparece como músico apenas em 1817, aos 20 anos de idade. Após 1829, encontraremos os nossos “muzicos” apenas como “jornaleiros” ou “lavradores”, o que pode indicar a extinção das atividades musicais “oficialistas” no Embu.

7. Considerações finais

Graças ao cruzamento dos dados dos “Maços de População” com os registros paroquiais do Embu, foi possível descobrir a identidade dos músicos ativos no aldeamento durante o período de 1783 a 1829, assim como reconstituir suas biografias, núcleo familiar, período de atuação, e até mesmo o instrumento que tocavam, no caso do organista Mathias Fernandes. Também foi possível criar uma hipótese da evolução histórica da banda, desde as suas origens entre os jesuítas até o Brasil do Segundo Império.

O fato de figurarem “muzicos” nos censos dá a entender que essa atividade musical era “oficial” e remunerada, como se vê em alguns dos registros dos Maços, talvez pelas próprias autoridades militares do Diretório dos Indios. Petrone (1995, p. 289) cita um ofício do governador

da Capitania, Francisco da Cunha Meneses, datado de 12/07/1784, no qual “se mandarão buscar os Indios Muzicos p.^a a festa da Snr.^a S. Ana” (Francisco da Cunha Meneses, 1784, *in* Documentos Interessantes, 1960, p. 33) sem porém especificar o aldeamento.

É possível que o Diretório tenha encorajado certos ofícios ou atividades entre os indígenas aldeados como a tecelagem, ou a fabricação de louças – e que aos habitantes do Embu tenha cabido o ofício de músico. Portanto, é lógico que as atividades da “banda do Embu” estivessem mais ligadas à oficialidade portuguesa do que aos costumes tradicionais indígenas. Ostentando nomes lusófonos, patentes militares, casando-se e batizando seus filhos no catolicismo e sendo alfabetizados (pois muitos assinavam seus nomes nos livros paroquiais ou os registros do censo), os músicos do Embu reproduziriam, dentro do gueto indígena e sob a vigilância dos administradores, uma *mimese* da sociedade colonial lusitana – o que não impediria necessariamente a presença de sincretismos nos seus costumes.

Mesmo sob o Império, as fórmulas de dominação sobre a população indígena seguiam ainda os métodos do século XVI empregados pelos padres Anchieta e Manuel da Nóbrega, como a doutrinação religiosa em língua nativa (*O Farol Paulistano*, 03/11/1827). Os indígenas que não aceitassem o confinamento nos aldeamentos seguiam sujeitos ao processo de conquista do território através da eliminação da população autóctone, como evidencia outra matéria publicada em *O Farol Paulistano*, de 14/11/1827, onde se noticia a determinação de se fazer “guerra aos Indios denominados Bugres, que infestavam os campos geraes de Coritiba, Guarapuava e outros” e que os capturados “fossem considerados como prisioneiros de guerra, e obrigados a prestar serviços por 15 anos ás pessoas, que os aprisionassem”.

O controle sobre a população indígena nos aldeamentos parece não ter arrefecido durante o Segundo Império, a crer no Decreto Imperial nº 426, de 24/07/1845 que, entre outras coisas, além de “Instruir aos Indios nas maximas da Religião Catholica, e ensinar-lhes a Doutrina Christã”, também previa “esmerar-se em que as festas tanto civis como religiosas se façam com a maior pompa, e apparato, que se possa; procurando introduzir nas Aldêas o gosto da musica instrumental”. Isso evidencia que a musicalização dos indígenas a partir da perspectiva europeia, mais do que a surpresa historiográfica que gera hoje na área da música, foi antes um violento gesto de aculturação.

Uma das possíveis sequências da pesquisa, uma vez identificados nomes e famílias desses músicos que chegam até a metade do século XIX, poderia ser o aprofundamento da investigação sobre os indivíduos encontrados, assim como tentar descobrir se seus descendentes podem ter tido alguma influência no desenvolvimento musical do Embu nas décadas e séculos que se seguiram. Seria também interessante investigar os descendentes de Firmino Gonçalves do Espírito Santo para saber se, por ventura, ainda possuem, ou sabem do paradeiro dos "papéis de solfa" da semana santa conservados pelo seu ancestral. Posto que grande parte da documentação musicográfica do Brasil colonial sobreviveu graças a coleções privadas, porque esse também não pode vir a ser o caso dos "papéis de solfa" do Embu?

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento da pesquisa (processo nº 2022/11899-3), assim como ao Sr. Jair Mongelli Júnior, diretor do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, por sua obsequiosa atenção aos nossos trabalhos.

REFERÊNCIAS

1. Fontes de arquivo

1.1. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

Livro de Batismos do Embu (1755-1809) ACMSP 10-1-24

Livro de Batismos do Embu (1816-1873) ACMSP 1-1-52

Livro de Batismos do Embu (1882-1918) ACMSP 11-2-31

Livro de Casamentos do Embu (1765-1798) ACMSP 10-3-60

Livro de Casamentos do Embu (1820-1831) ACMSP 1-1-52

Livro de Casamentos do Embu (1882-1937) ACMSP 1-2-59

Livro de Óbitos do Embu (1816-1887) ACMSP 10-2-52

Livro de Batismos de Itapecerica (1805-1844) ACMSP 11-2-50

Livro de Batismos de Itapecerica (1844-1857) ACMSP 11-2-40

Livro de Óbitos de Itapecerica (1761-1844) ACMSP 10-2-57

Livro de Casamentos da Sé de São Paulo (1812-1833), ACMSP 2-2-30

Livro de Casamentos de N. S. Conceição, São Paulo (1841-1855) ACMSP 10-2-33

Livro de Batismos de Santo Amaro (1811-1816) ACMSP 5-1-4
Livro de Batismos de Santo Amaro (1893-1901) ACMSP 5-1-5
Livro de Casamentos de Santo Amaro (1785-1806) ACMSP 5-2-10
Livro de Casamentos de Cotia (1810-1818) ACMSP 5-3-16
Livro do Tombo de Nossa Senhora do Rosário do Embu (1882-1920) ACMSP, 10-2-32.

1.2. Arquivo Público do Estado de São Paulo

Maços de População de Cotia: APESP 038022 [1783], 039010 [1802], 039013 [1806], 039014 [1808], 039015 [1809], 039016 [1810], 039017 [1811], 040001 [1813], 040002 [1814], 040003 [1815], 040004 [1816], 040005 [1817], 040006 [1818], 040007 [1822], 040008 [1823], 040009 [1825], 040011 [1827], 040012 [1829], 040014 [1835], 040016 [1835], 040017 [1842], 040018 [1847].

Maços de População de Juqueri, APESP, 1807.

Maços de População de Paranaguá, APESP, 1783.

Maços de População de Santo Amaro, APESP, 1766, 1815, 1822, 1846.

Talão de Registros de Óbitos de Itapecerica, nº 7, Distrito do Embu (1951-1954)

2. Publicações e estudos

ARROYO, Leonardo. **Igrejas de São Paulo. Introdução ao estudo dos templos mais característicos de São Paulo nas suas relações com a crónica da cidade.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

BITENCOURT, Eron Matheus. **A música nos aldeamentos jesuíticos. Série Encontro Temático.** São Paulo: Pateo do Collegio, 2017.

BOLETIM do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo. **Maço 2 (1721-1804) Tempo Colonial, Secção do Arquivo Historico – Aldeamento de Indios,** Vol 8. São Paulo: Globo, 1948.

DECRETO Imperial nº 426, de 24/07/1845. **Coleção de Leis do Império do Brasil de 31/12/1845**, vol. 1, col. 1, p. 81. Disponível em <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/19a135ac-2df0-4b3d-a554-f31f0ff8f161>. Acesso em 21 jan. 2024.

DOCUMENTOS Interessantes para a História e costumes de São Paulo, vol. 85, 1960, p. 33.

DUPRAT, Régis. Paranaguá: Polêmica Profissional em Pauta. In: DUPRAT, Régis. **Garimpo Musical.** São Paulo: Novas Metas, 1985, p. 83-114.

GONÇALVES, Daniel Issa. Relíquia indígeno-jesuítica ou forma híbrida caipira?: novos elementos sobre a origem da dança de Santa Cruz na aldeia de Carapicuíba. In BESSA, Virgínia de Almeida;

GONÇALVES, Daniel Issa. CASTAGNA, Paulo Augusto. "Indios muzicos" do século XVIII: a banda indígena do Embu (1783-1829).

PÉREZ GONZÁLES, Juliana (Org.). **Histórias das Músicas no Brasil - Sudeste.** Vitória: ANPPOM, 2023, p. 246-279.

HOLLER, Marcos Tadeu. **Uma história de Cantares de Sion na terra dos Brasis: A música na atuação dos jesuítas na América portuguesa (1549-1759).** 2006. Tese (Doutorado em Música) – Instituto de Artes - UNICAMP, Campinas, 2006.

MARCHIORO, Marcio. **Sobre os índios da Pedra Escorregadia: matrimônio e família na aldeia de Itapecerica em comparação com as demais aldeias paulistas (1732-1830).** 2018. Dissertação (mestrado em História). UFPR, Curitiba, 2018.

NUNES, Ticiane R.; PINHEIRO, Nadja M.; XIMENES, Expedito Eloísio. Brancos, cabras, índios e pretos: estudo das denominações étnicas no século XIX. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, 18, 2, p. 102-119, 2017.

O Farol Paulistano, nº 60, p. 238-239, 03/11/1827. Disponível em <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/876ca11a-c1a7-46d6-a8c8-d8f37731b878>. Acesso em: 21 jan. 2024.

O Farol Paulistano, nº 63, p. 249-250, 14/11/1827. Disponível em <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/19a135ac-2df0-4b3d-a554-f31f0ff8f161>. Acesso em 21 jan. 2024.

PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos Paulistas.** São Paulo: EDUSP, 1995.

PINHEIRO, Joaquim Gil. **Memórias de M'Boy.** São Paulo: Empresa Gráfica Moderna, 1912.

SOBRE OS AUTORES

Daniel Issa Gonçalves. Doutor em Musicologia pela Sorbonne Université, Master of Arts pela Musikhochschule Luzern, Master of Advanced Studies e graduado em Música Antiga pela Schola Cantorum Basiliensis – Fachhochschule Nordwestschweiz, além de Arquiteto pela FAU-USP. Radicado na Suíça por 21 anos onde atuou como cantor solista com um repertório que abrange do medieval ao contemporâneo, parte dele registrado em CD. Foi professor de História Transversal da Música na Universidad Nacional de Río Negro (Bariloche, Argentina), integrou o IREMUS – Institut de Recherche en Musicologie (Paris, França), e, atualmente, é pós-doutorando na UNESP com projeto apoiado pela FAPESP sob orientação do Prof. Dr. Paulo Castagna. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2549-5172>. E-mail: issadani@hotmail.com

Paulo Augusto Castagna. Graduado e mestre pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP), doutor pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da mesma universidade, livre-docente pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e pós-doutorando no Instituto de Estudos Brasileiros (USP). Professor e pesquisador do Instituto de Artes da Unesp desde 1994, produzindo partituras, livros, artigos, cursos, conferências, programas de rádio e televisão na área de musicologia histórica, e coordenando a pesquisa musicológica para a gravação de CDs. Colaborador do Museu da Música de Mariana desde 2001, pesquisador do CNPq desde 2007, e membro do Conselho Consultivo da Fundação CEREM desde 2013. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4757-9876>. E-mail: paulo.castagna@unesp.br